

COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.278.083/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas,
Em atendimento à legislação societária em vigor, apresentamos as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social, referentes ao período de 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	48.974	105.813	Fornecedores	2		
Aplicações financeiras	8	1.479	1.386	Salários, encargos sociais e benefícios	5	4	
Contas a receber	9	39.023	34.806	Empréstimos e financiamentos	12	49.646	47.460
Tributos correntes a recuperar	10	1.165	20.671	Tributos correntes a recolher	10	5.357	16.997
Debêntures com a controladora	14	37.150		Outros tributos		1.118	1.560
Demais ativos		64		Dividendos e juros sobre capital próprio	14	33.313	34.044
		127.855	162.676	Demais obrigações		3.563	712
						93.004	100.777
Não circulante				Não circulante			
Debêntures com a controladora	14	410.803	416.528	Empréstimos e financiamentos	12	387.769	419.918
Depósitos e bloqueios judiciais		48	48	Demais obrigações			41
Demais ativos		2.866	2.866			387.769	419.959
Propriedades para investimentos	11	56.636	57.138	Patrimônio líquido	13		
		470.353	476.580	Capital social		85.480	85.480
Total do ativo		598.208	639.256	Reserva legal		8.164	6.460
				Dividendos adicionais propostos		23.791	26.580
						117.435	118.520
				Total do passivo e patrimônio líquido		598.208	639.256

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de Lucro Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Em 1 de janeiro de 2014	85.480	4.538	17.399	(17.399)	107.417
Aprovação de dividendos adicionais propostos					(17.399)
Lucro do exercício					38.435
Destinação dos lucros:					38.435
Reserva legal					1.922
Deliberação de dividendos obrigatórios					(4.563)
Deliberação de juros sobre o capital próprio					(5.370)
Deliberação de dividendo adicional proposto					(5.370)
Em 31 de dezembro de 2014	85.480	6.460	26.580	(26.580)	118.520
Aprovação de dividendos adicionais propostos					34.065
Lucro do exercício					34.065
Destinação dos lucros:					1.704
Reserva legal					(1.704)
Deliberação de dividendos obrigatórios					(5.373)
Deliberação de juros sobre o capital próprio					(3.197)
Deliberação de dividendo adicional proposto					(3.197)
Em 31 de dezembro de 2015	85.480	8.164	23.791	(23.791)	117.435
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS	representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e ganhos com aplicações financeiras.
A Copart 5 Participações S.A. ("Companhia" ou "Copart 5") constituida em 18 de junho de 2010, sediada na Rua Siqueira Campos, 37, na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil é uma sociedade de capital fechado.	As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos e financiamentos e outras transações financeiras.
A Companhia tem como objeto social a administração e locação de bens imóveis, bem como cessão de direitos de qualquer natureza, inclusive de bens imóveis, podendo locar, dar em usufruto, no todo ou em parte, enfim, praticar todos os atos necessários para o melhor aproveitamento dos referidos bens inclusive realizar manutenção, reparo e melhoria dos mesmos.	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos
Em dezembro de 2015 a Companhia, que tinha como controladora a Telemar Norte Leste S.A. ("TML"), foi adquirida pela Oi S.A. ("Oi"), passando a ser sua subsidiária integral.	O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime da competência
A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 28 de abril de 2016.	Resultado por ação
A controladora OI anuciou em 9 de março de 2016 a contratação da PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.	O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.
O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, mantendo o empenho com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acreditam permitirão continuar a levar avanços tecnológicos para seus clientes em todo o Brasil. A Oi também mantém seus esforços para melhorias operacionais e para transformação do negócio, com foco em austeridade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais.	Demonstração dos Fluxos de Caixa
As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela gestão.	A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
As projeções dependem de fatores como atingimento das metas de volumes de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e manutenção das atuais condições dos financiamentos e linhas de crédito não utilizados.	3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS
Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados	A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha da metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação.
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	Consequentemente, as estimativas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.	De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. A Companhia não possui riscos de câmbio e de taxa de juros. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:
(a) Base de elaboração	(a) Composição dos instrumentos financeiros
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.	Na data de encerramento dos balanços, os principais saldos contábeis apresentados que podem ser considerados como instrumentos financeiros consistem no caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata, contas a receber de clientes, contas a pagar, despesas provisionadas e empréstimos e financiamentos para os quais o valor se aproxima do valor de realização.
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.	Hierarquia do valor justo
A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.	De acordo com o CPC 40, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, contas bancárias e aplicações pelo seu valor justo. Tais ativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.
(b) Principais políticas contábeis	(b) Riscos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras
Moeda funcional e de apresentação	Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF) e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha.
A Companhia atua, como administradora e locadora de bens imóveis, sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).	(c) Risco de taxa de juros
Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:	Ativos financeiros
• o preço de venda de seus serviços;	O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e consequentemente, na remuneração desses ativos.
• os custos dos serviços prestados;	Passivos financeiros
• o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores; e	A Companhia possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros prefixados com correção monetária pelo IPCA.
• juros, investimentos e financiamentos.	(d) Risco de liquidez
Sendo assim a moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.	O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.
Caixa e equivalentes de caixa	A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos, servir o custo da dívida e refinanciar dívidas.
As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em:	A Companhia espera atender as suas necessidades de fluxos de caixa de curto prazo com a utilização de caixa gerado nas suas operações e com a posição de liquidez existente no balanço.
(i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.	Gestão de capital
Contas a receber	A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.
As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor do serviço na data da sua prestação e não diferem de seus valores justos. As contas a receber incluem créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço.	O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e de alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.
Propriedades para investimentos	A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida (Nota 1).
As propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou para valorização do capital são registradas como propriedades para investimento. As propriedades para investimento estão avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização e depreciadas com base na vida útil econômica, quando aplicável.	Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações e outros resultados não usuais), Dívida Líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.
Deterioração de ativos financeiros	4. RECEITAS DE SERVIÇOS
A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.	2015 2014
Empréstimos e financiamentos	Receita bruta de serviços 99.612 89.953
Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias e acréscidos de juros incorridos até a data do encerramento dos exercícios.	Deduções da receita bruta (9.214) (8.321)
Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.	Tributos (9.214) (8.321)
Passivos circulante e não circulante	Receitas de serviços 90.398 81.632
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços patrimoniais.	2015 2014
Reconhecimento das receitas	5. DESPESAS POR NATUREZA
As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela prestação de serviços no curso regular das atividades da Companhia.	2015 2014
Reconhecimento das despesas	

COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.278.083/0001-64

2015			
Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual de depreciação
Terrenos	18.117	18.117	
Prédios	191.157	(165.021)	8,00%
Infraestrutura	80.493	(68.110)	8,00%
Total	289.767	(233.131)	56.636

2014			
Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual de depreciação
Terrenos	13.514	13.514	
Prédios	190.953	(161.154)	8,00%
Infraestrutura	80.757	(66.932)	8,00%
Total	285.224	(228.086)	57.138

Resumo da movimentação das propriedades para investimentos

Saldo em 01/01/2014	62.604
Depreciação	(5.466)
Saldo em 2014	57.138
Adição	4.893
Baixa	(62)
Depreciação	(5.333)
Saldo em 2015	56.636

O valor justo das propriedades para investimento existentes em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 758.651 (2014 – R\$ 654.057).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

Vencimento			
2015	2014	TIR	(Principal e Juros)
Financiamentos	306.733	260.272	14,10%
Juros provisionados sobre financiamentos	143.530	222.030	14,10%
Subtotal	450.263	482.302	

Custos de captação incorridos	(12.848)	(14.924)
Total	437.415	467.378
Circulante	49.646	47.460
Não circulante	387.769	419.918
Custos de transações por natureza		

2015	2014
Instituições financeiras	
Moeda nacional	12.848
Total	12.848
Circulante	2.110
Não circulante	10.738
Composição da dívida por moeda	

2015	2014
Reais	437.415
Total	437.415
Composição da dívida por indexador	

2015	2014
IPCA	437.415
Total	437.415
Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação	

Dívida de longo prazo	Custo de transação
	2015
2017	54.429
2018	58.845
2019	63.479
2020	68.260
2021 e exercícios seguintes	153.494
Total	398.507
	2014
	10.738

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	RELAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	CONTADOR:
Flávio Nicolay Guimarães (Diretor Presidente)	Marco Norci Schroeder (Diretor Financeiro)	Marcelo Antônio Leal Gomes CRC-RJ 083.182

Aos

Diretores e Acionistas da

Copart 5 Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Copart 5 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copart 5 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas. Desta forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações com partes não relacionadas.

Continuidade operacional

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 3 das demonstrações financeiras, que descrevem o plano de ação definido pela administração da controladora Oi S.A. para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa do Grupo Oi. Essas condições aliadas a eventual não concretização do plano descrito, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade dos negócios da Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/0-6 F-RJKPMG José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

BROOKFIELD BRASIL SHOPPING CENTERS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 11.573.403/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no período, bem como a posição patrimonial da Companhia. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	78	64
Dividendos a receber	2.700	—
Total do ativo circulante	2.778	64
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	1.278.202	1.784.782
Total do ativo não circulante	1.278.202	1.784.782
TOTAL DO ATIVO	1.280.980	1.784.846

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)

Capital social	Reserva de lucros	Dividendos propostos a serem aprovados	Total

</tbl